

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS DIAS ATUAIS

META

Minha intenção com esta aula é demonstrar para você a complexidade do cenário educacional brasileiro na passagem para o terceiro milênio, época em que a educação escolar perde importância em relação a outros meios de formação e transmissão de conhecimentos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o deverá:

dimensionar a influência da Televisão sobre a população em idade escolar durante o final do século XX;

avaliar a reforma do sistema educacional brasileiro implementada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso;

refletir sobre os desafios enfrentados pela escola nesta época em que as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação estão transformando a maneira de o homem relacionar-se com o conhecimento.

PRÉ-REQUISITO

Para uma melhor assimilação destes conteúdos, você precisa levar em consideração o que foi ensinado na aula anterior e também deter conhecimentos básicos do processo histórico vivido pela sociedade brasileira na passagem do século XX para o século XXI.



(Fontes: <http://www.fayerwayer.com.br/wp-content/uploads/20100101-12-2010-notebook.jpg>)

INTRODUÇÃO

O final do século XX e início do século XXI foi um período de grande importância não somente por ser uma mudança de século e milênio, mas – sobretudo – pelas tremendas transformações culturais que estavam em operação nesta época recente. Em última instância, é certo afirmar que esse tempo foi caracterizado por uma mudança de cosmovisão na Civilização Ocidental. Sob o impacto de uma revolução nas técnicas de produção e transmissão do conhecimento, a educação formal viu sua justificativa social ser questionada e passou a concorrer com outras instituições na tarefa de preparar os cidadãos para o mundo do trabalho e o convívio social.

O Brasil, que acabara de sair de um longo período de Ditadura Militar, viu-se obrigado a promover um rápido processo de adequação de seu setor produtivo, de suas instituições políticas e culturais e das mentalidades de seus dirigentes aos desafios da revolução da informática, da economia globalizada, da mundialização da cultura e das exigências de novos atores sociais, como os movimentos das minorias a uma nova realidade.

No plano político, o recém conquistado direito de escolher o presidente da República fez o país passar pela experiência amarga de precisar expurgar um Presidente legitimamente eleito e escolher dois Presidentes, de centroesquerda, que alinharam o país com as políticas econômicas neoliberais, de alto custo social e fartos lucros bancários.

Neste ambiente de rápidas mudanças culturais, os meios de comunicação de massa reforçaram sua influência sobre a população e passaram a ameaçar a hegemonia da escola na função de preparar as novas gerações.

Tentando responder a todos esses desafios, sob a influência de organizações internacionais de fomento do desenvolvimento, uma reforma do sistema educacional foi implementada. Apesar da resistência inicial de parte do setor educacional, as mudanças na esfera cultural e científica são tão profundas que, provavelmente, acabarão por transformar definitivamente a face da educação, tal qual se configurou nos tempos modernos.

A HISTÓRIA DAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO BRASIL

Quando estudamos a história das duas últimas décadas do século XX no Brasil, a dimensão que mais chama a atenção é a econômica. Isso porque a Ditadura Militar entregou o país para o governo dos civis em um processo agudo de recessão, com alto índice de desemprego. Para se ter uma idéia, entre Maio e Julho de 1981, a inflação anual no Brasil girava em torno de 85% e os grandes oligopólios comerciais aumentavam seus preços a uma taxa média de 170%, enquanto o setor submetido à competição a uma taxa de 60%. Bresser Pereira (2009).



Sarney foi eleito vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, por eleição indireta. Cumprindo a constituição, assumiu interinamente a Presidência, como vice-presidente, em 15 de março de 1985, diante do adoecimento de Tancredo Neves. Com o falecimento de Tancredo em 21 de abril, tornou-se titular do cargo de presidente da república. (Fonte: <http://www.jblog.com.br>).

Na passagem de 1984 para 1985, a inflação anual no país estava em 224%. Quando José Sarney assumiu a presidência, em 15 de Março de 1985, seu grande desafio foi pôr em ordem a economia do Brasil. O instrumento por ele utilizado para sanar a economia foram os chamados “planos econômicos”. Porém, após 4 (quatro) planos (Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão) tentando debelar a inflação, José Sarney entregou a faixa presidencial a Fernando Collor de Mello com o país registrando uma inflação anual de 1.783%.

José Sarney (Newspaper illustration)



Caricatura do ex-presidente que implantou o plano cruzado em 1986. Para a coluna semanal Sentenças na editoria de Opinião do Jornal Zero Hora (Fonte: <http://flickr.com>).

Bem, do ponto de vista econômico, o primeiro governo da chamada “Nova República” foi um fracasso. A inflação, após atingir o pico de 2.708% em 1993, durante o Governo de Itamar Franco, só veio a ser controlada em 1996, após um ano de Governo de Fernando Henrique Cardoso, quando se registrou uma taxa anual de 9,19%.

Mas, do ponto de vista político houve uma evolução devido ao restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, em Maio de 1985, e à convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 28 de Junho do mesmo ano. A nova Constituição foi promulgada em 5 de Outubro de 1988. Considerada a “constituição cidadã”, quanto ao perfil

ideológico, adotou uma solução de compromisso entre as duas principais tendências políticas que se debateram em torno de sua elaboração. Assim, no que diz respeito à ordem econômica e aos direitos civis e políticos se inspirou no liberalismo e, quanto aos direitos sociais e culturais, é de orientação socialista.



Itamar Franco



Fernando Henrique Cardoso

No que diz respeito à Educação, em seu Capítulo III, Seção I, que trata “Da Educação”, do Art. 205 ao 214, são estabelecidos os princípios gerais que deverão nortear a educação no Brasil. Apesar de a nova Carta Magna determinar em seu Art. 212 que: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% (dezoito), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”, no próprio ano de 1988 apenas 10,6% dos gastos da União haviam sido dedicados à Educação.

Demonstra-se assim, a necessidade que havia de uma legislação complementar à Constituição que regulamentasse, agora de forma detalhada, o funcionamento da Educação no país. Assim, tal qual aconteceu na década de 1950, iniciou-se, a partir de 1988, quando o Deputado Octávio Elisio encaminhou o Projeto da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) à Câmara Federal, um longo período de disputas em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A DISPUTA EM TORNO DA NOVA LDB

Em 1989, o Deputado Jorge Hage enviou à Câmara um substitutivo ao Projeto de LDB e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresentou um novo Projeto de LDB, que acabou sendo aprovado em Dezembro de 1996.

Dessa vez, foram 8 (oito) anos de refregas entre os dois grandes grupos que disputam interesses econômicos e ideológicos em torno da Educação no Brasil.

Os atores nesse conflito podem ser assim identificados: De um lado estavam os “progressistas” que, reunidos em torno de instituições como a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que agrega sindicatos de professores de todo o país e o FNDEP (Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública), que reunia organizações de classe (CUT/CGT/OAB), instituições de pesquisa (ANPED/SBPC/SEAE/CEDES), entidades que representavam docentes (ANDES) e estudantes (UNE, UBES).

Do outro lado, reuniam-se entidades que possuíam um “projeto liberal-corporativo de educação”, segundo expressão de Lúcia Neves, e que envolvia os empresários do ramo educacional, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo). Os defensores da escola pública apresentaram seu projeto para a legislação educacional brasileira por meio do Deputado Federal Jorge Hage. No entanto, após oito anos de tramitação, a proposta foi arquivada e outra, que atendia melhor aos interesses da iniciativa privada, foi votada e aprovada em 23 de Dezembro de 1996, a chamada Lei 9394/96.

Algumas características da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional podem ser destacadas, dentre elas a insistência na “qualidade de ensino”, a flexibilização curricular, a democratização do acesso ao Ensino Superior, a oferta massiva e planejada de Educação para Jovens e Adultos e a garantia de mais recursos financeiros para a educação pública. Monlevade (1997, pp. 9-13).

Alguns ficaram se questionando por que a lei 9394/96 ressaltou a questão da qualidade. Para explicar esse aspecto, é necessário recorrer ao contexto histórico em que o Brasil vivia, lutando para incorporar-se ao projeto de globalização da estrutura de poder vigente. Nesse panorama, as necessidades de formação dos indivíduos são chamadas de “competências” e visam qualificar o indivíduo para a competitividade num mundo onde o saber válido é o tecnologicamente aplicável. No final do século XX, as transformações tecnológicas produziram uma sociedade em que o principal fator de produção tornou-se o conhecimento. Assim, a nova LDB visava atender às exigências da chamada “sociedade do conhecimento”. Assmann (1996, p. 63).

A chamada “pedagogia da qualidade”, diante das inovações técnicas e da nova organização do trabalho e da produção, tem como objetivo exatamente a disseminação de uma nova visão de mundo. Dentro desta nova visão de mundo, o empresariado se interessa em propor um projeto educacional para o país. O objetivo dos mesmos é controlar o preparo dos “recursos humanos”.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Mas, enquanto se debatia uma nova lei para a educação nacional, como andava nosso Sistema Educacional? Durante o período da redemocratização, devido à “Emenda Calmon”, de Dezembro de 1983, e da subsequente Lei nº. 7.348, de 24 de julho de 1985, que vinculava à educação parte das receitas públicas, aconteceu mesmo um aumento nas despesas com o Ensino. “A menor prioridade para a educação se verificou em termos do seu crescimento inferior ao da despesa pública total, sobretudo da União” (GOMES, 1997).

Por outro lado, recursos do Governo Federal concentraram-se no Ensino Superior, assinalando-se, assim, um recuo de verbas para o Ensino Fundamental. O balanço estatístico da década de 1980 mostra o crescimento da matrícula nos três níveis de ensino e a redução da taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de 25,5 para 18,9%. Incremento, porém, insuficiente para acompanhar o crescimento populacional (GOMES, 1997).

Em meados da década de 1990, no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, 15.5% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos estavam fora da escola. Além disso, mais da metade dos alunos matriculados na primeira série do Ensino Fundamental deixava a escola antes de concluir o ciclo de estudos. Dos que concluíam, apenas 3% conseguiram terminar nos oito anos normais de estudo. Caixeta (2002).

Assim, nos primeiros anos da década de 1990, a precariedade da “abrangência do sistema educacional levava a que a maioria esmagadora da população se informasse essencialmente e, às vezes, exclusivamente, pelas rede de televisão, uma vez que 73,5% dos domicílios brasileiros possuíam aparelhos de TV.” Neves (2000, p. 24).

Na realidade, se nos lembrarmos da concepção de educação que, no início de nosso curso, informei que iríamos adotar, seremos forçados a reconhecer que, no período entre 1986 e 1992, a maior “educadora” das crianças do Brasil foi uma senhorita chamada Maria da Graça Meneghel. Esse foi o período áureo de sucesso do programa infantil transmitido pela Rede Globo de Televisão, o *Xou da Xuxa*.

Ao longo da década de 1980, Maria da Graça Meneghel, a Xuxa, tornou-se um ícone cultural não somente no Brasil, mas, em toda a América Latina. E como tal, sua influência sobre a construção da subjetividade das crianças foi muito grande. Além de difundir valores ligados a um ideal de feminilidade e beleza branca sua atuação era um forte incentivo ao consumo de produtos licenciados com o seu nome. Com evidências, a maior crítica que os intelectuais da época faziam ao programa infantil *Xou da Xuxa* era exatamente a “educação para o consumo”.



Xou da Xuxa foi um programa infantil de variedades apresentado por Xuxa na Rede Globo entre junho 1986 e dezembro de 1992. (Fonte: <http://xoudaxuxa.zip.net>).

No entanto, para entendermos o fenômeno Xuxa, precisamos enquadrar essa análise numa perspectiva mais ampla. Na explicação de Vasconcellos (1998, p. 20): “As duas principais vítimas da indústria cultural televisiva são a mulher e a criança, que já foram o suporte transmissor da cultura popular ou do folclore: a narrativa da mulher para a criança. Então, o programa de auditório é o modelo pedagógico antiescola e refratário à mãe.”



No Brasil, dois ícones a serem citados em programas de auditório são Abelardo Barbosa (Chacrinha) e Silvio Santos.

O interessante é observar que, enquanto o país assistia ao esforço do Governo Brizola (1983 a 1987 e 1991 a 1994), no Rio de Janeiro, de implantar os CIEPS (Centro Integrado de Educação Pública), uma experiência de educação em tempo integral para as crianças pobres, onde elas teriam além de educação, alimentos, esportes, assistência médica e atividades culturais; o cotidiano das crianças era bombardeado com a imagem onipresente da Xuxa e seu apelo ao consumo e à erotização infantil. Assim, a pergunta de Vasconcellos (1998) é muito pertinente: Que professora primária seria capaz de competir com a Xuxa? Assim, o programa da Xuxa representou, na época, a antiescola por excelência.

Não é à toa que alguns têm reconhecido nos meios de comunicação de massa a principal instância de formação do povo brasileiro nas duas últimas décadas. Neves (2000, p. 24) afirma algo semelhante: “O alcance da mídia na formação de opinião no Brasil de hoje consagra-a, sem exageros, como principal educadora da sociedade brasileira dos anos de 1990.”

Mas, enquanto a Rede Globo de Televisão, através de Maria da Graça Meneghel, alienava as crianças, despertava a sexualidade infantil precoce e as impulsionava para o consumo, o que faziam as autoridades brasileiras em prol da Educação?

Noutras partes do mundo, reformas educacionais se processavam sob a tutela de organismos internacionais. O objetivo das mudanças era adequar os sistemas de ensino às exigências dos novos tempos. Bem, os dirigentes do Brasil se engajaram no movimento internacional de reformas educacionais.

O marco de referência foi a Conferência Mundial de Educação Para Todos de 1990, realizada em Jomtien, na Tailândia. Esse foi um evento de grande repercussão promovido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pelo Banco Mundial.



Os objetivos conjuntos desses órgãos podem ser sintetizados assim: tornar os investimentos em Educação o aspecto central dos esforços de desenvolvimento das nações, promover o progresso educacional por meio de mudanças na gestão, bem como pela descentralização e pela ênfase na qualidade, instalar sistemas nacionais de avaliação e implementar reformas curriculares e programas de discriminação positiva, além da concessão de maior autonomia às escolas locais (CASASSUS, 2001).

A implementação dessas medidas no Brasil iniciou-se no Estado de Minas Gerais, logo no ano de 1991, durante o Governo de Hélio Garcia (1991 a 1994). Uma dessas medidas, intitulada de “Promoção da Autonomia Escolar de Minas Gerais”, teve como principal eixo da reforma a “descentralização” do sistema escolar de ensino. As ações visavam à reorganização do trabalho e do quadro de pessoal nas escolas e a implementação de processos democráticos de escolha de Diretores das Escolas. Também se traduziram na escolarização dos recursos da merenda escolar, numa política de avaliação externa e na organização dos conselhos escolares. Tudo isso seguindo orientação dos organismos internacionais acima mencionados.

Estas reformas tiveram continuidade no governo seguinte em Minas Gerais, Eduardo Azeredo (1995-1999), deu prosseguimento à reforma educacional em seu Estado.

De um modo geral, o objetivo era a mudança da cultura escolar. Compreendia-se que a nova sociedade do conhecimento exigia uma nova maneira de se fazer educação e para tanto era necessário uma mudança na cultura educacional prevalecente. Mas, o que significa “cultura escolar”? Gatti Júnior & Pessanha (2005, p. 78), apresentam a seguinte definição:

... Um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentados ao longo do tempo no seio das instituições educativas. Trata-se de modos de pensar e atuar que proporcionam estratégias e pautas para organizar e levar a classe, e a interagir com os companheiros e com outros membros da comunidade educativa, e a integrar-se à vida cotidiana do centro docente. (...)

Na realidade, os promotores de Reformas Educacionais sabem que o sucesso ou fracasso de sua iniciativa depende da adesão ou não dos professores. Nesse sentido, convém falar mesmo é da necessidade de mudança da cultura docente que pode ser considerada como uma subcultura, na medida em que, apesar de os professores partilharem os significados da cultura em geral, também compartilham significados específicos, inerentes à sua profissão. Assim, sendo uma cultura profissional, a cultura docente pode ser encarada como um sistema de concepções, estrutura simbólica e padrões de comportamento, situados sob a ótica social e histórica e, por meio deles, o professor guia o seu agir pedagógico.

Esta reforma da educação em Minas Gerais foi uma das inspirações para a proposta educacional do Programa de Governo de Fernando Henrique Cardoso. O objetivo maior era implantar a Reforma, capitaneada pelos organismos Internacionais, em todo o Brasil. Assim, em Março de 1995, início do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, deu uma entrevista à Revista Nova Escola e esboçou seu plano de ação para a melhoria da Educação Fundamental: instituir “pautas curriculares mínimas”, produzir materiais didáticos, criar um sistema de treinamento de professores e o estabelecimento de um sistema nacional de televisão para a educação básica. A tônica da entrevista foi a questão da “qualidade na educação” e o estabelecimento de um sistema de avaliação das escolas. Estas iniciativas já haviam sido experimentadas em Minas Gerais.

Assim, durante a chamada “Era FHC” várias inovações foram implantadas no sistema educacional brasileiro. Dentre estas podemos destacar:

1. Os sistemas de avaliação do rendimento escolar nos vários níveis de ensino. O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica); o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o Exame Nacional de Cursos, chamado, à época, de Provão.
2. O FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), implementado a partir de 1998, que consistia em um montante correspondente a 15% das receitas fiscais e transferências constitucionais recebidas por Estados e municípios que era distribuído a prefeitos e governadores em valores proporcionais ao número de alunos matriculados em cada rede de ensino. Na explicação de Caixeta (2002, p. 543): “Embora não faça parte de suas atribuições cuidar do Ensino Fundamental, o Ministério da Educação transformou o Fundef em instrumento poderoso para tentar dar maior eficiência a toda rede pública de educação fundamental..”
3. Os Parâmetros Curriculares Nacionais. Lançados em 1998, destinavam-se a sugerir uma ampla reforma curricular para adequar os conteúdos ensinados na escola às exigências dos novos tempos, sobretudo a perspectiva pedagógica da interdisciplinaridade.
4. O Programa Nacional do Livro Didático, que havia sido lançado em 1985, sofre transformação com o início do processo de avaliação pedagógica dos livros que seriam distribuídos para os alunos das escolas públicas, prática que foi iniciada no Brasil durante a ditadura militar.

A própria Lei 9394/96 pode ser encarada como uma das medidas dentro da Reforma Educacional, além da adoção dos chamados temas transversais. Qual a avaliação que pode ser feita da Reforma Educacional implementada no Brasil na passagem do século XX para o XXI?

Bem, os educadores “progressistas”, ou seja, de esquerda, possuem uma opinião negativa em relação ao que foi implantado no Brasil em

termos de Educação durante a “Era FHC”. Leia a opinião de Frigotto (2006) a respeito:

A dimensão talvez mais profunda e de conseqüências mais graves situa-se no fato de que o Governo Fernando H. Cardoso, por intermédio do Ministério da Educação, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretriz e concepção educacional do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação.

Apesar desta visão oriunda da polarização política em torno das questões educacionais, levando-se em conta o diagnóstico das reformas educacionais feito por Oliveira (2000, p. 80), pode-se buscar uma explicação mais abrangente para o processo histórico-educacional vivido no Brasil na última década do século XX. Segundo o autor:

O grande trunfo das reformas implantadas nos anos 90 é a possibilidade de incorporar pontos anteriormente defendidos pelos progressistas, ressignificando-os dentro de uma nova lógica. Esta peculiaridade faz com que a oposição às propostas hegemônicas seja muito difícil, pois pontualmente, podem ser defensáveis ou até mesmo reivindicações ‘progressistas’ dos anos 80, como por exemplo as propostas de eleição de diretores, autonomia da escola e promoção automática ou adoção de ciclos de aprendizagem em substituição ao sistema seriado, explicitamente incorporado ao texto da LDB ou facultado por ele.

Seguindo, pois, a lógica desse raciocínio, é necessário analisar as reformas educacionais sob um prisma mais abrangente, que possa englobar não somente os aspectos políticos e econômicos, representados pelas soluções neoliberais da “Nova Direita” para atender à internacionalização da economia, ou mesmo pelos processos de modernização gerados a partir da introdução da telemática em todas as formas de agir humano, mas, também numa perspectiva cultural, que contemple as novas formas de expressão e de vivência das sociedades, ditas pós-modernas.

CONCLUSÃO

Uma de nossas primeiras aulas procurou caracterizar a modernidade educacional. Porém, após estudar a Educação brasileira na passagem para o terceiro milênio, sou forçado a lembrar-lhe que o modelo educacional moderno está em xeque. Atualmente, questiona-se a fundamentação filosófica da escola moderna. Não se admitem mais objetivos transcendentais para a educação, restando-lhe apenas o objetivo maior de qualificar o indivíduo para ocupar um lugar na cadeia produtiva, respondendo de maneira funcionalista às exigências dos atuais interesses corporativos.

As relações de poder no interior da escola a partir, principalmente, da valorização da experiência de vida cotidiana do aprendente e sob o impacto da telemática, estão sendo alteradas substancialmente, com os professores cada vez mais desprestigiados.

Além disso, a superação da modernidade educacional significa uma mudança na estrutura curricular por meio da adoção da perspectiva transdisciplinar, resultando em um trabalho pedagógico mais dinâmico, participativo e aberto à comunidade circundante.

Assim, o grande fato educacional dessas últimas décadas é a emergência de uma nova cultura educacional cujos principais elementos são: a concepção construtivista de aprendizagem, uma cultura de avaliação representada pelo processo de avaliação continuada, a incorporação das NTICs (Novas Tecnologias da Comunicação e Informação) no processo de ensino-aprendizagem, a interdisciplinaridade e a pedagogia das competências.



RESUMO

Nesta aula, procurei novamente expor para você uma interpretação da história da educação que leva em consideração o complexo de fatores socioeconômicos, políticos e culturais. Não é tarefa fácil uma vez que estamos acostumados a pensar a história a partir de categorias isoladas, que privilegiam determinado aspecto da realidade. Por outro lado, a concepção de educação que adotamos em nosso curso, que procura perceber não somente a educação escolar mas, também, os processos amplos de socialização, facilita essa abordagem mais abrangente.

Quando se trata de história do tempo presente, em termos de História da Educação, a produção historiográfica é bastante reduzida. Assim, procurei caracterizar as duas últimas décadas do século XX como uma época de transição. Em verdade, a civilização Ocidental estava passando por uma verdadeira “mutação civilizacional”. O Brasil se viu envolvido neste redemoinho da história, necessitando refundar o sistema político, adequar-se às exigências da competitividade econômica exasperada pela Globalização, acolher as mudanças culturais advindas da revolução da telemática, com o surgimento da “sociedade do conhecimento”.

Um dos grandes fatos educacionais foi a polêmica em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que perdurou durante oito anos, opondo os grupos de interesses tradicionais, e que culminou com a promulgação em Dezembro de 1996 da Lei 9394/96. Ora, durante esse período em que efetivamente não se concedia centralidade à educação escolar as crianças foram (des)educadas pela mídia, sobretudo pelo fenômeno dos programas infantis de auditório, destacando-se a ação alienante da Rede Globo de Televisão através de Maria da Graça Meneghel.

Outro acontecimento fundamental na história recente de nossa educação foi a Reforma Educacional implementada nos dois mandatos de Governo de Fernando Henrique Cardoso. A partir desta, algumas inovações foram introduzidas na educação brasileira, destacando-se a prática da avaliação externa dos vários níveis de escolarização, a adoção de programas curriculares básicos e a destinação de verbas para a Educação Fundamental. Porém, o maior acontecimento educacional do período foi exatamente a emergência de uma nova cultura educacional, que procura superar o projeto moderno de escola.

ATIVIDADES

Nesta aula, ressaltamos os fatos mais importantes na educação brasileira a partir de 1985. Dentre estes destacaram-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Reforma Educacional, fatos ocorridos durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995. Mas, quais foram as iniciativas governamentais no tocante à Educação no período compreendido entre 1985 e 1995? Assim, sua tarefa é fazer uma pesquisa na Internet e determinar os programas e iniciativas dos governos José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco no setor educacional.

**COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES**

Apesar dos imensos desafios enfrentados pelo país a partir da redemocratização em 1985, como a crise econômica da hiperinflação, a competitividade do processo de globalização e as questões políticas advindas da instauração de um novo regime de governo, a educação no Brasil não passou estes dez anos em “brancas nuvens”. Algumas iniciativas merecem menção como a criação dos CIACs (Centro Integrado de Atendimento à Criança) durante o Governo de Fernando Collor de Mello, inspirando-se no modelo dos CIEPs da administração de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, e que tinham como objetivo prover Educação Fundamental em tempo integral além de ampla assistência às crianças.

PRÓXIMA AULA

Nesta aula, apresentei para você a emergência de uma nova cultura educacional como o grande acontecimento de nossos dias. Mas, esta nova cultura escolar está sendo impulsionada por um fenômeno mais amplo que vamos estudar na próxima e última aula: a formação de uma nova cultura infantil.





AUTO-AVALIAÇÃO

Refleta assim: fiz uma leitura satisfatória do texto, a ponto de dizer que os objetivos propostos pelo professor-autor foram por mim alcançados? Pense também se houve, da sua parte, dedicação para cumprir a contento com as tarefas propostas. Em suma, responda em seu íntimo: Sou capaz de descrever o poder de influência da indústria cultural sobre as crianças em idade escolar nos dias atuais? Qual a avaliação que faço da Reforma Educacional implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso no período de 1995 a 2002? Sou capaz de caracterizar a nova cultura escolar que está se formando nos dias atuais?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Flávio Anício. A formação do ‘cidadão trabalhador’: educação e cidadania no contexto do “novo industrialismo”. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orga). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.
- Brasil. Constituição República Federativa do Brasil. BRASÍLIA: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da Inflação. **Revista de Economia Política**, v. 4 n° 1, Jan. a Mar. 1984. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/13-1.pdf>>. Acesso em 01 Fev. 2009.
- CAIXETA, Nely. Educação. In: LAMOUNIE, Bolívia; FIGUEIREDO; Rubens (orga). FHC: a era FHC, Um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- Características da Constituição** de 1988. Disponível em <<http://www.parana-online.com.br/canal/direito-e-justica/news/154609/>> Acesso em 01 de Fev. de 2009.
- CASASSUS, Juan. A reforma cultural na América Latina no contexto de globalização. **Cadernos de Pesquisas**, n° 114, Nov. de 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 27 de Fev. 2006.
- GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais Históricos. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da Educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e

novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. (Coleção Memória da Educação).

GOMES, Candido Alberto. Alocação de recursos para a educação em tempo de crise: razões que a razão desconhece. **Revista Iberoamericana de Educación**. Número 14. Financiación de la Educación. Mayo-Agosto 1997. Biblioteca Digital da OEI. Organización de Estados Iberoamericanos Para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Disponível em <<http://www.campus-oei.org/oeivirt/rie14a03.htm>>. Acesso em 10 de Mar. de 2006.

MONLEVADE, João. A educação pública no limiar da maioridade. **Cadernos de Educação**. Ano II, nº 3, 1 ed. Janeiro/1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação e política no limiar do século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Reformas educativas no Brasil na década de 90. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo. Fundação Victor Civita, Março de 1995.

SIMPSON, Amelia. **Xuxa: The mega-marketing of gender, race, and modernity**. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

VALADARES, Fabiana Castelo; DA ROCHA, Marisa Lopes. Fórum nacional em defesa da escola pública na LDB: a questão da docência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Disponível em <<http://www.revispsi.uerj.br/v6n2/artigos/html/v6n2a06.html>>. Acesso em: 01 Fev. 2009.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **O cabaré das crianças**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.